



7º SEMINÁRIO

DE PRÁTICAS DE **CONTABILIDADE**
APLICADAS AO **SETOR PÚBLICO**

REFORMA TRIBUTÁRIA: VOCÊ ESTÁ PREPARADO?

21^e22

AGOSTO 2025

Desafios dos SIAFICs frente ao Imposto sobre Bens e Serviços

Realização:



A força contábil unida
pela valorização.



Patrocínio Diamante:

BETHA X MINSAIT





Wagner Y. Capelli

SEFA-PA
27 anos

Coordenador do
SIAFIC

GEFIN
14 anos

Coordenador de
tecnologia 25/26

Coordenador
GT-SIAFIC

Coordenador adj.
GT-Reforma Trib.

CTCONF/STN
5 anos

Assessor Téc.
CTCONF

GT Reforma
Tributária

SERT
2 anos

GT-20 Split
Payment

GT-08
Arrecadação

GT's: CGIBS /
Alíq. Reduzidas /
FNDR / IS

GT 39.19 Gestão
Financeira IBS

Pré-CGIBS
1 ano

GCTF

GT-07 Tesouraria

SubGT 07.6 SIAFIC

GT-08
Impactos RTC

Marcos Legais Importantes dos SIAFICs

1964 – Lei 4.320, Finanças, Orçamento, Controle Interno e Contabilidade Pública

1987 – SIAFI e Conta Única da Tesouraria – CTU

2000 – LC 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal

2008 – CFC – NBCTSP 16

2009 – LC 131 – Transparência

2010 – Decreto 7.185 – Padrão Mínimo SIAFIC

2013 – IPC's

2014 – PCASP

2015 – PIPCP Port.STN 548

2016 – LC 156

2018 – MSC no SICONFI

2020 – DECRETO 10.540 – Padrão Mínimo SIAFIC

2021 – CFC convergência IPSAS



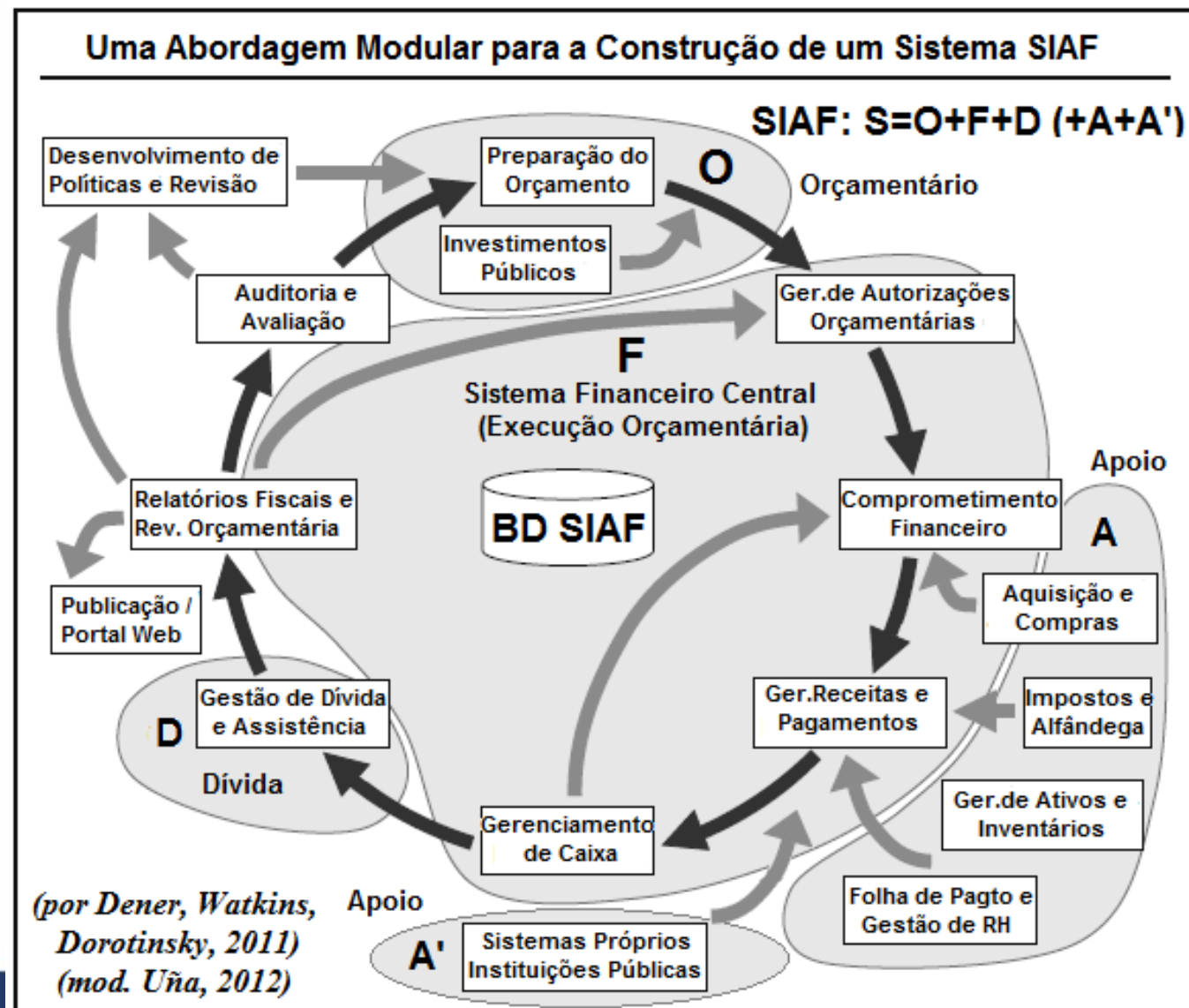
O que é um SIAFIC?

Estudos do BID e do Banco Mundial

O Banco Mundial fez em 2011 um estudo dos SIAFs e levantou os seus principais módulos e integrações (Dener, Watkins e Dorotinsky).

Observe o ciclo principal orçamentário e financeiro.

Posteriormente em 2012 (Uña - BID) completou com o módulo de apoio complementar, vindo de outros sistemas.



O que é um SIAFIC?

Estudos do BID e do Banco Mundial

Também em 2012, (Farías e Pimenta) fizeram o detalhamento dos principais módulos do SIAF:

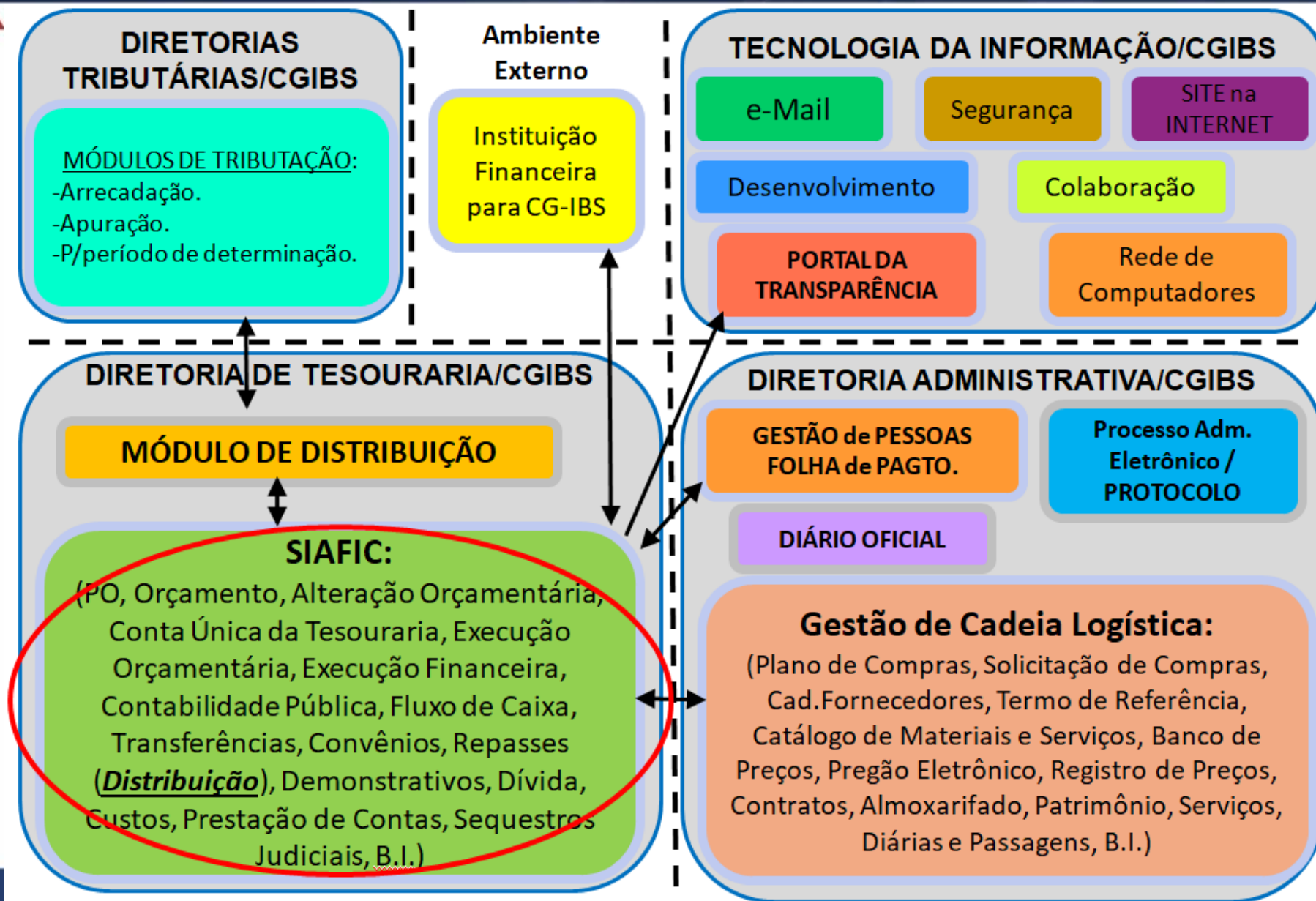
- **Orçamento;**
- **Financeiro;**
- **Contabilidade;**
- **Dívida Pública.**

Sistemas Integrados de Administração Financeira			
Orçamento	Financeiro	Contabilidade	Dívida Pública
Formulação orçamentária de receitas e despesas	Manejo da conta única do tesouro	Execução orçamentária	Dívida Direta ou contratação de empréstimos e títulos
Alterações orçamentárias	Receitas	Fundos rotativos e caixa pequeno	Serviço da dívida (contratação e amortização)
Programação da execução orçamentária	Despesas	Financiamento externo	Dívida Indireta por garantias e avais de crédito público
Avaliação orçamentária	Conciliação bancária	Fechamento e abertura do exercício	
	Programação financeira de caixa	Consolidação contábil	
	Outras operações financeiras específicas		

Fonte: Farías, Pedro e Pimenta, Carlos, 2012

Sistemas Integrados necessários à operação do Comitê Gestor do IBS

O SIAFIC do CGIBS será responsável pelos registros contábeis de toda operação da **Distribuição Financeira** do IBS e sua prestação de contas



Regras de Negócio em um SIAFIC

PCASP

*Plano de Contas
Aplicado ao Setor
Público*

OBS: O SIAFIC no
CGIBS deverá
obrigatoriamente
utilizar o PCASP da
Federação

1 – Ativo 1.1 - Ativo Circulante 1.2 – Ativo Não Circulante	2 – Passivo 2.1 – Passivo Circulante 2.2 – Passivo Não Circulante 2.3 - Patrimônio Líquido	Informações de Natureza Patrimonial
3 – Variação Patrimonial Diminutiva 3.1 - Pessoal e Encargos 3.2 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais ... 3.9 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	4 – Variação Patrimonial Aumentativa 4.1 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria 4.2 - Contribuições ... 4.9 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	
5 – Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento 5.1 – Planejamento Aprovado 5.2 – Orçamento Aprovado 5.3 – Inscrição de Restos a Pagar	6 – Controles da Execução do Planejamento e Orçamento 6.1 – Execução do Planejamento 6.2 – Execução do Orçamento 6.3 – Execução de Restos a Pagar	Informações de Natureza Orçamentária
7 – Controles Devedores 7.1 – Atos Potenciais 7.2 – Administração Financeira 7.3 – Dívida Ativa 7.4 – Riscos Fiscais ... 7.9 – Outros Controles	8 – Controles Credores 8.1 – Execução dos Atos Potenciais 8.2 – Execução da Administração Financeira 8.3 – Execução da Dívida Ativa 8.4 – Execução dos Riscos Fiscais ... 8.9 – Outros Controles	

**Informações de Natureza
Típica de Controle**

Adaptações dos SIAFICs dos entes

Exemplo:
SIAFICs Estaduais/DF em
2025

(fonte: RREO)

Para o recebimento, registro e utilização dos recursos do IBS a partir de 2027, os sistemas SIAFICs dos entes federados, precisarão de pequenas adaptações determinadas em documentações da STN:

- 1) Plano de Contas**
- 2) Ementário da Receita**
- 3) Roteiros Contábeis**
- 3) Relatórios/MSC**
- 4) Portais de Transparência**



Fase da Execução do Orçamento – Receita Orçamentária

Execução da Receita Constituição Federal

Art. 156-B.

§ 2º Na forma da lei complementar:

III – o Comitê Gestor será financiado por **percentual do produto da arrecadação do imposto destinado a cada ente federativo**;

PLP 108/2024

Art. 46. Constituem receitas do CGIBS:

- I – **o percentual do produto da arrecadação do IBS destinado a cada ente federativo, previsto no art. 48**;
- II – rendimentos de aplicações financeiras; e
- III – outros recursos a ele destinados e quaisquer outras rendas obtidas.
 - Para recursos decorrentes de rendimentos de aplicação financeira e outros recursos existem códigos relacionados;
 - Para o percentual do produto da arrecadação é necessária a definição do tipo da receita para o percentual do produto de arrecadação do imposto – provável cota parte.

Fase da Execução do Orçamento – Receita

Da Execução do Orçamento Orçamentária no Ente e Extraorçamentária no CGIBS

Constituição Federal

Art. 156-A. Lei complementar instituirá imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 156-B. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão de forma integrada, exclusivamente por meio do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, nos termos e limites estabelecidos nesta Constituição e em lei complementar, as seguintes competências administrativas relativas ao imposto de que trata o art. 156-A:

II – arrecadar o imposto, efetuar as compensações e distribuir o produto da arrecadação entre Estados, Distrito Federal e Municípios;

No CG-IBS	No Ente
-Não há previsão orçamentária. -Registro de natureza extraorçamentária (entrada compensatória – ao ativo de atribui imediatamente um passivo a ser distribuído).	-No momento do repasse registro da receita orçamentária. -Registro da receita bruta e das deduções correspondentes (Exemplos: cashback e financiamento do CG). -Necessidade de criação de natureza de receita e deduções para registro da receita tributária.

Fase da Execução do Orçamento – Aspecto Orçamentário

Exemplo de Contabilização da Receita Orçamentária

No Ente

Do Registro da Receita Orçamentária

Regra Geral:

- D – 6.2.1.1 – Receita a Realizar
- C – 6.2.1.2 – Receita Realizada
- NR: 1.1.1.XX – Impostos IBS (Estados e / ou Municípios)

Cota-Parte

No Estado (NR: XXX):

- D – 6.2.1.1 – Receita a Realizar
- D – 6.2.1.3 – Dedução da Receita
- C – 6.2.1.2 – Receita Realizada

No Município – Registro Cota Parte (NR: XXX):

- D – 6.2.1.1 – Receita a Realizar
- C – 6.2.1.2 – Receita Realizada
- NR: 1.7.2 – Transferências dos Estados

No CG-IBS

Rendimento de Aplicação Financeira CG-IBS:

Do Registro da Receita Orçamentária

Regra Geral:

- D – 6.2.1.1 – Receita a Realizar
- C – 6.2.1.2 – Receita Realizada
- NR: 1.3.2.1.01 – Remuneração dos Depósitos Bancários
- FR: 500

XXX – Necessidade de criação de natureza de receita para registro.

Fases do Ciclo Orçamentário do CG-IBS

Contas Contábeis Referentes ao Controle e Execução do Orçamento – PCASP					
D	5.1.2.0.0.00.00	PLOA	C	6.1.2.0.0.00.00	EXECUÇÃO DO PLOA
D	5.2.0.0.0.00.00	ORÇAMENTO APROVADO	C	6.2.0.0.0.00.00	EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO
D	5.2.1.0.0.00.00	PREVISÃO DA RECEITA	C	6.2.1.0.0.00.00	EXECUÇÃO DA RECEITA
C	5.2.1.1.2.XX.00	(-) PREVISÃO DE DEDUÇÕES DA RECEITA	D	6.2.1.3.X.00.00	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA
D	5.2.2.0.0.00.00	FIXAÇÃO DA DESPESA	C	6.2.2.0.0.00.00	EXECUÇÃO DA DESPESA

- ✓ Necessidade de criação de conta contábil específica para a dedução da receita do IBS;
- ✓ Atendimento ao princípio do orçamento bruto.

Atividades para os SIAFICs dos entes federados

- **Em 2025/2026:**

- Alinhamento com a STN através da CTCONF e suas documentações (Portarias, Manuais, IPCs, etc).
- **PREPARAR TABELAS, ROTEIROS CONTÁBEIS, EVENTOS, RELATÓRIOS, MSC e TRANSPARÊNCIA.**
- Ajustes dos fluxos de registros tributários na contabilidade.
- Previsão da arrecadação do IBS (Para PLOA's dos entes e LOA's em execução).
- Execução orçamentária do ente por dedução da receita. (Ver CTCONF).
- Capacitação das equipes.

- **A partir de 2027:**

- Receber do CGIBS as distribuições de IBS destino, Cota Parte, Fundeb.
- **CONCILIAR TRANSFERÊNCIAS BANCÁRIAS RECEBIDAS!**
- Ajustar os relatórios de fluxo de caixa da Tesouraria.
- Classificação automática das informações do CGIBS para repartições legais e constitucionais.

- **A partir de 2029:**

- Receber do CGIBS as distribuições de IBS Transição e Seguro Receita.

- **A partir de 2033:**

- Receber do CGIBS a distribuição do FECOP e compensação do saldo credor de ICMS e Substituição Tributária.

Muito Obrigado!

Contato:

Wagner Y. Capelli

wcapelli@sefa.pa.gov.br

(91) 3323-4383